

Muito além das urnas

Crise institucional é certa para próximo presidente — seja quem for

Por Murillo de Aragão

16 out 2026, 06h00 | Atualizado em 16 out 2026, 17h58

Quando imaginamos o dia seguinte às eleições presidenciais, uma certeza se impõe: a agenda de problemas dará muito trabalho ao mundo político e à sociedade. Como já disse aqui, a crise institucional vai mostrar faces ainda mais perversas. O cenário que se desenha é de impasse entre o novo governo, a Câmara e o Senado em torno do impeachment de ministros do STF, da reforma do Judiciário, do ajuste fiscal e da própria composição da coalizão que governará. São temas que, isoladamente, já exigiriam muita habilidade política. Somados, formam uma pauta explosiva.

Um ministro do STF me disse que o Brasil, com Lula ou com Bolsonaro, pulará no abismo institucional depois da eleição. A dúvida seria apenas se o salto se dará com ou sem paraquedas. A dicotomia deixa de lado a vocação histórica do país para acomodar crises. Há uma terceira possibilidade, mais coerente com a nossa história: saltar de asa-delta, ganhando tempo, aliviando a pressão e procurando uma aterrissagem mais suave. Já fizemos isso em 1992, no impeachment de Collor, e em 2016, no de Dilma.

Um novo governo Lula começaria com um déficit grave: o péssimo histórico na coordenação política e uma oposição forte e majoritária no Congresso. Sem concertação entre os poderes e com a oposição, Lula não conseguirá aprovar nomes para o STF e para as agências reguladoras, além de sofrer derrotas seguidas na análise de vetos. Seria um presidente mais fraco do que Dilma Rousseff no início do segundo mandato. Enfrentaria ainda CPIs dispostas a vasculhar, entre outros temas, os negócios de seu filho com o governo, e um desafio fiscal de dimensão mastodôntica.

“Em qualquer cenário, uma solução concertada seria o melhor caminho, mas faltam lideranças”

Flávio Bolsonaro, se vencer, terá a vida um pouco mais fácil. Só um pouco. Contará com ampla maioria no Congresso e poderá nomear ministros e dirigentes de agências em acordo com o Legislativo. Ainda assim, a transição seria traumática, visto o abismo ideológico que o separa de Lula, agravado pelos rancores dos setores mais radicais de quem entra e de quem sai. E o STF reagirá à sua pauta: a anistia aos envolvidos no 8 de Janeiro, as tentativas de impeachment de ministros e as mudanças no Judiciário. Em qualquer cenário, uma solução concertada seria

o melhor caminho. O problema é que faltam, nos poderes, interlocutores com capacidade e desprendimento para construir um entendimento. Sem bombeiros de plantão, a tigrada de lado a lado termina prevalecendo.

O que se decide nas urnas é, portanto, apenas o ponto de partida. O vencedor terá de dedicar os primeiros meses do mandato a construir pontes que hoje não existem, com o Congresso, com o Supremo e com a parcela expressiva da sociedade que votou contra ele. Lula precisaria de uma disposição para negociar que não demonstrou no atual mandato. Flávio teria de mostrar moderação suficiente para não transformar a maioria parlamentar em instrumento de revanche contra o Supremo. A tradição brasileira de acomodar crises continua sendo nosso melhor ativo. Mas ela não opera sozinha, depende de lideranças dispostas a exercê-la, e hoje elas andam escassas nos três poderes. Se não surgirem a tempo, o salto será feito sem asa-delta e sem paraquedas.

Publicado em VEJA de 16 de outubro de 2026, edição nº 3017

Tags: Eleições 2026; Flávio Bolsonaro; Luiz Inácio Lula da Silva

Fonte: <https://veja.abril.com.br/coluna/murillo-de-aragao/muito-alem-das-urnas/>, acesso em 25/10/2026, 14h26.